



Políticas públicas e turismo rural: um estudo acerca das possibilidades e limitações no município de Apodi (RN)

Public policy and rural tourism: a study of the possibilities and limitations in Apodi (RN)

Políticas públicas y turismo rural: un estudio acerca de las posibilidades y limitaciones en el municipio de Apodi (RN)

Raimunda Maria Marques de Azevedo < raimazevedo@gmail.com >

Professora do Departamento de Turismo/Faculdade de Ciências Econômicas (FACEM) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, RN, Brasil.

Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues < camirural@gmail.com >

Professora Adjunta do Departamento de Administração e Turismo, do Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebido 03-set-2014

Aceite 22-jul-2015

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTA ARTIGO

AZEVEDO, R. M. M.; RODRIGUES, C.G.O. Políticas públicas e turismo rural: um estudo acerca das possibilidades e limitações no município de Apodi (RN). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15 n. 2., p.131-145, ago. 2015.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO



Resumo: O objetivo deste artigo é analisar e problematizar as potencialidades e os desafios do turismo rural no município de Apodi (RN), considerando as possíveis interfaces entre a agricultura familiar e o turismo, à luz do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para tanto, além da coleta e análise de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com interlocutores envolvidos com o desenvolvimento do turismo e da agricultura familiar. Verificou-se que o PRONAF tem contribuído com o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população rural do município, sobretudo para assentados da Reforma Agrária. Com relação às iniciativas do PRT, verificou-se que o programa não é adotado como uma estratégia para o desenvolvimento do turismo no município, tampouco foram registradas ações de turismo integradas a outros municípios da região. Foi observado também que a mobilização das instituições da sociedade civil organizada no município de Apodi (RN) é um fator relevante que pode influenciar positivamente as iniciativas conjuntas entre as políticas de turismo e de agricultura familiar. Por essa via, acredita-se que o turismo rural em Apodi (RN) poderia ser incentivado com base na experiência dos assentamentos de reforma agrária, na perspectiva de troca entre visitantes e visitados, tendo o conhecimento e a valorização cultural do campo como elementos que mobilizam o fluxo de visitantes.

Palavras-chave: : Turismo Rural; Políticas Públicas de Turismo; Agricultura Familiar.

Abstract: This article aims to explore the opportunities and challenges of rural tourism in the municipality of Apodi (RN) with regard to possible interfaces between family farming and tourism, under the aegis of the PRT (Programme for the Regionalization of Tourism) and PRONAF (National Programme to Support Family Farming). This involved, besides collecting and analysing this data, semi-structured interviews were carried out with interlocutors involved in the development of tourism and family farming. The results showed that PRONAF has contributed to the development of the rural population and improved quality of life, especially for those in receipt of land grants through Agrarian Reform. On the other hand, the PRT's initiatives have not been adopted as a strategy to develop local tourism, nor were regionally integrated tourism programmes involving Apodi (RN) in evidence. It was also noted that the mobilization of local civil society organisations has the potential to exercise a favourable influence on joint policy initiatives for tourism and family farming. Therefore there are grounds to believe that rural tourism in Apodi (RN) could be promoted on the basis of the experience of agrarian reform land grants, with a view to exchanges between locals and visitors, who would come in greater numbers in order to gain knowledge and cultural appreciation of the countryside.

Keywords: Rural Tourism; Public Tourism Policy; Family Farming.

Resumen: La finalidad de este artículo es analizar y cuestionar las potencialidades y los desafíos de turismo rural en el municipio de Apodi (RN), considerando las posibles interfaces entre la agricultura familiar y el turismo, a la luz del Programa de Regionalización de Turismo (PRT) y del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF). Para tanto, además de coleta y análisis de datos, fueron realizadas entrevistas semi-estructuradas con interlocutores envueltos con el desarrollo del turismo y de la agricultura familiar. Se ha averiguado que el PRONAF ha contribuido con el desarrollo y la mejora de calidad de vida de la población rural del municipio, sobre todo para los asentados en la Reforma Agraria. Con respecto a las iniciativas del PRT no se ha averiguado que como estrategia para el desarrollo del turismo en el municipio, tampoco hay acciones de turismo compartido a otros municipios de la región. Se ha dado cuenta de que la movilización de las instituciones de la sociedad civil organizada en el municipio de Apodi (RN) es un factor distintivo que puede influenciar positivamente las iniciativas conjuntas de las políticas de turismo y de agricultura familiar. Por lo tanto, se cree que el turismo rural en Apodi (RN) podría ser incentivado con base en la experiencia de los asentamientos de la reforma agraria, con la perspectiva de un cambio entre los visitantes y los que viven en el campo, teniendo el conocimiento y la valoración cultural del campo como elementos que movilizan la afluencia de visitantes.

Palavras clave: Turismo Rural; Políticas Públicas de Turismo; Agricultura Familiar.

Introdução

O turismo rural tem sido promovido pelas esferas pública e privada como uma possibilidade para ampliar as diferentes funções no espaço rural, na perspectiva de descentralizar a renda e gerar novos empreendimentos. Considerando a dimensão territorial e a diversidade cultural e paisagística do país é possível registrar, nas diversas regiões brasileiras, diferentes formas de turismo praticado em áreas rurais. Com o intuito de fortalecer a atividade e promover o desenvolvimento em regiões menos favorecidas socioeconomicamente, o governo federal vem implantando políticas e programas de incentivo ao turismo e à agricultura familiar em áreas rurais, favorecendo iniciativas locais e fortalecendo a identidade cultural.

Com relação às políticas de turismo, até a década de 1990, não se registrava, no Brasil, iniciativas estruturantes no planejamento e na gestão do setor. A partir de 1990, em virtude da crescente importância dos indicadores econômicos do turismo, o governo iniciou as primeiras ações no sentido de elaborar programas e políticas visando dotar o país de infraestrutura básica e de apoio ao turismo.

O Plano Nacional do Turismo (PNT), referente aos anos 2003 a 2007, foi implantado com o desafio de contribuir para a diminuição das desigualdades regionais, em um processo dinâmico e contínuo, visando ampliar o crescimento e desconcentrar a renda advinda do turismo, por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística. Nesse Plano, foram estabelecidos sete macroprogramas como estratégias para alcançar as metas estabelecidas até 2010. Dentre eles, destaca-se o macroprograma 4- Estruturação e Diversificação da Oferta Turística que deu origem ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

O PRT é uma estratégia que visa favorecer a descentralização e o desenvolvimento nas regiões turísticas, ampliar e diversificar o produto turístico contemplando a diversidade cultural e as particularidades das distintas regiões. O Ministério do Turismo (MTur) adotou como unidade de análise para o planejamento e implementação de ações a região (turística), considerando critérios relacionados às potencialidades (sociais, naturais, econômicas e culturais) e proximidade de municípios que permitem elaborar propostas e ações integradas e em consonância com a política.

Com referência à área selecionada para ilustrar a temática deste artigo, o Estado do Rio Grande do Norte, no que concerne às políticas de turismo, o estado foi dividido em cinco polos, dentre os quais se destaca o polo Costa Branca, formado por dezessete municípios, dentre eles o município de Apodi.

Em se tratando das políticas públicas voltadas para o meio rural, estudos apontam que o rural brasileiro foi, historicamente, estimulado a se ajustar à modernização da agricultura, e a prioridade sempre esteve direcionada para a produção em larga escala com o objetivo de atender, principalmente, ao mercado externo.

Quanto à agricultura familiar no Brasil, somente a partir da década de 1990 é que este segmento foi contemplado de maneira institucionalizada nas políticas de governo. Nessa perspectiva, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, e promover o desenvolvimento rural. Este conceito, para Wanderley e Favareto (2013, p. 459), é uma oposição à visão dominante que prevaleceu no Brasil até o fim do Regime Militar. Os autores reforçam o argumento de que o desenvolvimento rural não deve se esgotar, nem se confundir, com crescimento econômico e defendem “um modelo que tenha como foco central a superação da pobreza [e] uma distribuição mais equitativa da renda”.

Com o objetivo de compreender as possíveis interfaces entre a agricultura familiar e o turismo, o presente artigo apresenta uma análise das potencialidades e dos desafios do turismo rural no município de Apodi (RN), à luz do PRT e do PRONAF.

A escolha do referido município se justifica pela proximidade com o município de Mossoró, segunda maior cidade do estado do Rio Grande do Norte, selecionada como destino indutor do turismo na região pelo Ministério do Turismo. Além disso, Apodi conta com um nível de organização social que se expressa no desempenho das cooperativas, no número de associações comunitárias, na atuação do sindicato dos trabalhadores rurais e na organização dos assentamentos rurais.

Programa de Regionalização do Turismo e a valorização dos destinos turísticos

O Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil” – ou PRT – foi criado em abril de 2004 e surgiu a partir do desdobramento do Macroprograma 4 “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”, no âmbito do Plano Nacional de Turismo (2003/2007). O PRT visa descentralizar o turismo do litoral para o interior com o objetivo de ordenar e diversificar a oferta turística do Brasil. Este programa, dada sua importância para a suposta descentralização do turismo, se convencionou em uma iniciativa transversal aos demais programas contidos no PNT. Na perspectiva do Ministério do Turismo (MTur), com o lançamento do “PNT 2007/2010 - Uma Viagem de Inclusão”, o PRT se consolida como um instrumento que visa alcançar as metas estabelecidas até 2010 o que favorece a geração de renda e o lançamento de novos destinos/produtos no mercado (BRASIL, 2007).

A proposta do PRT visa desenvolver o turismo de forma regionalizada a partir de um planejamento coordenado e participativo, com o objetivo de descentralizar a atividade turística e deslocar a demanda para o interior, pois a oferta e a demanda predominam essencialmente no litoral (que são áreas urbanas, e nas capitais dos estados brasileiros e adjacências). Nessa proposta para desenvolver o turismo, o MTur contempla como referência espacial o conceito de região turística onde estão inseridos os produtos turísticos (BRASIL, 2007).

O MTur, com o apoio de órgãos e conselhos estaduais, em uma análise criteriosa (realizada em três etapas, entre 2004 a 2006), selecionou 65 “destinos indutores” do turismo que devem servir de modelo para induzir a atividade turística em outras regiões do país que seriam trabalhadas até o ano de 2010 (BRASIL, 2003). Para Fratucci (2008, p. 175), a estratégia do governo é prover os roteiros escolhidos de “[...] condições modelares para as demandas do mercado externo”, para atender de maneira satisfatória a necessidade de um público mais exigente e, também de padrão internacional; com isso, amplia-se o número de chegadas de turistas internacionais no país, aumenta a receita originária do turismo e gera emprego e renda que serão estendidas ao interior dos estados.

Para o Ministério do Turismo, os destinos indutores de desenvolvimento são aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos e que possuem o potencial de dinamizar a economia do território em que está inserido (BRASIL, 2007).

Dentre os critérios considerados pelo MTur para se escolher um “destino indutor” destacam-se: investimentos dos governos (federal, estadual e/ou municipal) em infraestrutura; maior número possível de regiões turísticas organizadas e institucionalizadas; número de empresas de turismo cadastradas no MTur (BRASIL, 2007, p. 52).

As experiências e práticas exitosas desses “destinos” devem ser multiplicadas para outros locais que integram as regiões turísticas do país, a fim de influenciar nas ações para induzir o turismo, melhorar a qualidade do produto, ampliar o potencial turístico do Brasil e descentralizar a atividade (BRASIL, 2007). Com a implantação do PRT, o governo espera que o turismo se fortaleça no interior e favoreça a geração de renda, emprego e a participação de atores locais, com o surgimento de novas formas de turismo, a exemplo do turismo rural.

A influência do PRONAF na dinâmica do meio rural: abordagem conceitual e implicações socio-culturais O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi a primeira política voltada prioritariamente ao agricultor familiar. Conforme aponta Perico (2010), o PRONAF se constitui em um programa estruturante das ações públicas que vem favorecendo o desenvolvimento rural do Brasil que, interligado a outros programas, repercute na qualidade de vida de pequenos agricultores. A partir do acesso ao crédito, o agricultor passou a desenvolver suas atividades no campo de forma mais articulada, diversificando as atividades produtivas no meio rural, tais como a criação de pequenos animais, o cultivo de frutas e hortaliças, além de iniciativas como o turismo em áreas rurais.

É cada vez mais frequente o relato de experiências exitosas sobre a atividade agrícola e, por sua vez o desenvolvimento do turismo rural, respeitando as características e peculiaridades da vida no campo, que vem favorecendo e fortalecendo a agricultura de base familiar, que se expressa na diversidade da produção agrícola e na qualidade de vida no meio rural (SCHNEIDER, 2004).

Contudo, as políticas públicas para o meio rural no Brasil sempre priorizaram a modernização da agricultura, que historicamente contou com abundantes linhas de créditos e amplo apoio do governo, culminando, em 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que teve papel fundamental na garantia de financiamento para a modernização agrícola (DELGADO, 2009).

Saron e Hespanhol (2012) argumentam que essa política se caracterizou como excludente, conservadora e seletiva, pois não favoreceu melhorias na estrutura social e fundiária do país. Ao contrário, as estratégias de distribuição de crédito dessa política priorizaram o grande e o médio agricultor concentrados, basicamente na Região Centro-Sul do país e gerou significativas desigualdades regionais.

Duncan (2010) salienta que a configuração social do Brasil passou por mudanças significativas a partir da Constituição de 1988, que influenciou a composição de atores sociais no processo de participação e reivindicações sociais, ampliando espaços de discussão e de participação, tanto no meio urbano quanto no rural. Com relação à política de apoio ao pequeno agricultor, o autor argumenta que o meio rural sempre foi pensado dentro do contexto setorial que permitiria pensar a agricultura apenas como segmento econômico voltado à produção em grande escala.

Foi somente no governo de Itamar Franco, em 1994, por força dos movimentos sindicais rurais (década de 1980), que se criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que tinha por objetivo prover crédito agrícola ao pequeno agricultor. O PRONAF foi criado em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994 - 1998) e resultou da ampliação e da adaptação do PROVAP, vinculado, atualmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (SCHNEIDER, 2004; SILVA, 2012).

O Programa foi institucionalizado através do Decreto nº 1.946, de 28 de julho de 1996, com os objetivos de: ampliar e fortalecer a capacidade de produção da agricultura familiar; favorecer a geração de emprego e gerar renda nas áreas rurais; e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (BRASIL, 1996).

As atividades desenvolvidas no meio rural brasileiro, respaldadas pela atual política de governo, favorecem a diversificação da produção e o fortalecimento da cultura rural, que pode resultar na conservação dos recursos naturais, considerando o nível de mecanização utilizado por esta categoria que é relativamente baixo, com forte tendência à transição para a produção agrícola sem uso de agrotóxico no processo de produção agrícola familiar (agroecológica) (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Veiga (2000) aponta outros aspectos que caracterizam a agricultura familiar, tais como: o estímulo ao empreendedorismo local, principalmente para a formação de arranjos institucionais; a diversificação das economias dos territórios, dentre outros elementos que o mesmo considera fundamentais no processo de desenvolvimento rural.

A oferta do crédito para o agricultor familiar está organizada em grupos/linhas de crédito que compreendem custeio e investimento. Conforme Schneider (2004), o PRONAF, desde o início do segundo mandato do presidente FHC (1999 - 2002) até os dias atuais, vem passando por modificações que, considerando a dinâmica do mercado, visam ampliar o atendimento e facilitar o acesso ao crédito. Considerando todas essas mudanças, é relevante destacar que o Programa, a princípio, foi estruturado em grupos/linhas classificados em A, B, C, D e E, que vem sendo adaptados a cada Plano Safra.

Contudo, é relevante sublinhar que essa adaptação também tem dado possibilidades de abertura para investimentos no segmento do turismo rural. As linhas de crédito Pronaf Mulher e Pronaf Agroindústria contemplam investimentos para diversas atividades produtivas, incluindo a exploração do turismo rural (SCHNEIDER, 2004).

O PRONAF articulado com outras políticas setoriais vem reforçar ainda mais a possibilidade de prover as famílias rurais de produzir e comercializar, melhorando a qualidade de vida no campo. Nesse sentido, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como Programas que, integrados ao PRONAF, asseguram mercado para a produção da agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional para estudantes de escolas públicas e para grupos sociais vulneráveis e em situação de pobreza absoluta, assim, os benefícios dos Programas (PNAE e PAA) são repartidos com a sociedade de forma igualitária.

Além disso, a integração do Programa a outras políticas setoriais favorece o desenvolvimento do turismo rural. Este segmento vem se constituindo em uma importante atividade econômica e social com possibilidades de geração de renda, capaz de favorecer outras atividades (comércio, agroindústria, criação de animais de pequeno e médio porte), dinamizando o meio rural brasileiro e favorecendo o desenvolvimento de base local.

Segundo o MTur Turismo Rural é “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2008, p. 19). Portanto, deve-se considerar uma forma de turismo que envolva a agricultura familiar, o artesanato, a pecuária, as diversas formas de “saber e fazer” do campo como forma de valorização do homem e de conservação dos recursos naturais e culturais do ambiente rural.

No Brasil, conforme Schneider e Fialho (2000), as atividades não agrícolas em áreas rurais, ao final da década de 1990, vem envolvendo um número significativo da população economicamente ativa (PEA) e a indústria de transformação, nas pequenas unidades semi-industriais, tem gerado novas possibilidades de renda, sendo considerado um importante fator na geração de novos negócios.

Em seus estudos sobre turismo rural, Bloss (2000) aponta que na Europa, essa atividade se constitui em um elemento capaz de criar oportunidades de novos empreendimentos, promover a infraestrutura, se convertendo em um instrumento de intercâmbio entre o rural e o urbano.

Rodrigues (2003) indica que o turismo rural no Brasil tem seus primeiros registros na década de 1980, na região Sul do Brasil (no estado de Santa Catarina), motivado pela necessidade de gerar novos negócios com possibilidade de ampliar a renda, em função do declínio na agropecuária. Ressalta que as iniciativas dessa modalidade de turismo se espalharam por todo o território nacional, com destaque para as regiões Sul e Sudeste e, mais recentemente, a região Centro-Oeste, com maior evidência para o estado de Mato Grosso do Sul.

O turismo rural, conforme Page e Getz, citados por Tulik (2010, p. 7), “[...] requer [as] considerações de lugar, estrutura econômica e interação entre turistas e anfitriões”, isso favorece a participação da comunidade que tem como resultado o desenvolvimento local. É relevante destacar a importância do turismo rural enquanto atividade complementar às atividades tradicionais (em pequenas comunidades brasileiras) como a pesca artesanal, a agricultura familiar e o extrativismo.

Em seus estudos, Blanco (2004) ressalta a relevância do turismo rural no município de Dois Irmãos, Rio Grande do Sul. Faz referência a Rota Colonial de Baumschneis, que integra a rota romântica dentro do programa de turismo do estado. O roteiro favorece a difusão e o fortalecimento das tradições camponesas, com base no sistema agroalimentar (familiar) em que pequenas propriedades vem se transformando em empreendimentos rurais familiares fortalecendo o desenvolvimento socioeconômico da região.

Além disso, estudos apontam experiências exitosas e promissoras de atividades de turismo rural envolvendo a agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul que pode também ser uma realidade no semiárido nordestino, inclusive no estado do Rio Grande do Norte (MORETTI, 2012).

Caracterização da área de estudo: o município de Apodi (RN)

O município de Apodi está localizado na mesorregião do Oeste potiguar, na Chapada do Apodi, no estado do Rio Grande do Norte. Limita-se com os municípios de Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Umarizal, Itaú, Severiano Melo, Caraúbas e com o Estado do Ceará (à leste). Compreende uma extensão territorial equivalente a 1.602 quilômetros quadrados, com uma população de 34.763 habitantes, sendo que deste total, 17.531 residem em área urbana e 17.232 residem em área rural. Essas características tornam Apodi o município menos urbanizado e mais populoso da Chapada (IBGE, 2010).

Com relação ao clima, o município se caracteriza por um clima semiárido, quente e seco, com temperaturas variando entre 21°C (mínima) e 37°C (máxima), com período chuvoso variando de janeiro a junho e precipitação média entre 600 e 700 mm. Apresenta, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), índice de desenvolvimento humano médio/IDHM equivalente a 0,639 e o Produto Interno Bruto equivalente a 10.809,08 reais; tem na agropecuária e no comércio as principais atividades que impulsionam o desenvolvimento socioeconômico.

O município de Apodi é banhado pelo rio Apodi, o mais importante recurso hídrico da região Oeste Potiguar. Destaca-se, também a barragem de Santa Cruz, um importante reservatório artifi-

cial de água, com capacidade de armazenar um volume correspondente a 599.712.000 de água que favorece o desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região (PINTO FILHO, 2008).

No que diz respeito à economia local é relevante destacar o papel da caprinocultura e da apicultura, duas importantes cadeias produtivas que vem se destacando nos últimos anos na economia do município. Segundo Nunes (2011), essas cadeias são cultivadas principalmente, por agricultores familiares. A cajucultura é outra atividade que vem se consolidando como uma importante cadeia produtiva para os agricultores, principalmente para as famílias assentadas no Programa de Reforma Agrária (NUNES, 2011).

No aspecto da organização social o município de Apodi conta com o apoio de Associações, organizações não-governamentais (ONG) e Cooperativas de produção, de comercialização e de crédito que dão suporte aos agricultores, tanto no aspecto da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como no suprimento de crédito fortalecendo a agricultura familiar.

Além das cooperativas e da ONG, é válido ressaltar o apoio de programas que têm por objetivo atender às demandas do homem do campo. Dentre eles, destaca-se o programa ligado à Igreja Católica, como o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC), o Projeto Dom Helder Câmara (PDHDC) e outras organizações sociais existentes no município, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Colônia de Pescadores Z-48, além de associações comunitárias espalhadas por todo o município (ibidem, 2011).

Procedimentos metodológicos

Os caminhos metodológicos percorridos para a elaboração deste trabalho se constituíram de três etapas: 1) levantamento e análise de referencial teórico e de dados secundários; 2) pesquisa de campo, incluindo o levantamento e a análise de dados primários e interlocuções com atores envolvidos, direta e indiretamente, com o turismo e a agricultura familiar e entrevistas semiestruturadas e; 3) análise e discussão dos dados levantados.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, considerando que o significado das interlocuções com os atores e a compreensão do processo são os principais focos desse tipo de pesquisa (SILVA, MENEZES, 2001). Foi elaborado um roteiro contendo perguntas para a realização de 13 entrevistas, envolvendo: interlocutores das organizações não governamentais; representantes de associações de base; representantes do poder público (Secretarias de Turismo e de Agricultura e EMATER); representantes de associações comunitárias; interlocutores do sindicato dos trabalhadores rurais; representantes de cooperativas existentes no município; e representante do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC); além de diálogo com representantes do turismo de Mossoró e com comerciantes de Apodi.

Resultados e discussões

Ao se buscar compreender a percepção dos interlocutores entrevistados sobre as perspectivas e condições de se desenvolver o turismo rural no município de Apodi, foram abordadas questões sobre as características que o município reúne e que poderiam ser favoráveis ao desenvolvimento do turismo rural, além de aspectos sobre a inserção das esferas pública e privada no desenvolvimento da atividade.

De acordo com o depoimento dos interlocutores, os atrativos naturais (Barragem de Santa Cruz, Lagoa de Apodi, Lajedo de Soledade) do município representam um aspecto importantes para o desenvolvimento do turismo. Outros aspectos como o relevo, a vegetação, o modo de vida e a diversidade cultural presentes nas quatro regiões do município (Chapada, Vale, Areia e Pedra) são elementos que apresentam um potencial para o desenvolvimento do turismo rural local. Reforçaram, também, que a diversidade na produção agrícola deve ser tratada como um diferencial para essa atividade. Essas questões são ressaltadas na fala do primeiro entrevistado, ao afirmar que “Deus foi generoso quando criou Apodi, um município bem interessante, temos água em abundância e [...] outros potenciais que podem favorecer o turismo rural.” (informação verbal) .

Questões relacionadas à organização social da população rural do município, também foram destacadas como elementos que podem favorecer o desenvolvimento do turismo rural, além de repercutir em questões sociais mais amplas no município. De acordo com relatos de entrevistados, “o município é organizado e conta com setenta (70) associações legalizadas que se reúnem mensalmente no fórum do sindicato (informação verbal) .

Aspectos relacionados à cultura também foram apontados por todos os entrevistados como um potencial que Apodi conserva e que pode contribuir com o desenvolvimento do turismo rural. Destaques foram dados para as manifestações populares (festas juninas e artesanato), a diversidade das cadeias produtivas, a criação de pequenos animais (em especial, o caprino que tem bastante representatividade em todo o município), o arroz vermelho, a produção de frutas, produção de leite e seus derivados (informação verbal) . Além disso, o patrimônio arqueológico do Lajedo de Soledade , também foi apontado pelos atores como um aspecto importante para viabilizar o turismo rural de Apodi; no entanto, foi destacada a relevância de se trabalhar o turismo na perspectiva de envolver a comunidade.

Em se tratando do turismo como atividade social e econômica no meio rural de Apodi, um dos interlocutores defende que tudo “(...) depende da lógica como você trabalha cada atividade, se você trabalha o turismo voltado para a realidade [de] um contexto local para valorizar as pessoas pode ser atrativo e sustentável” (informação verbal) . Conforme exposto, apesar da sintonia na visão dos atores, sobre a possibilidade de Apodi agregar condições para desenvolver o turismo rural é consensual, também, o reconhecimento de que o município necessita ainda de ações de planejamento da atividade turística, de implantação de infraestrutura, além da capacitação dos atores/empreendedores locais.

Também buscou-se compreender a relevância do PRT e a contribuição desta política para o turismo rural no município de Apodi, e de que forma se integra com outras políticas setoriais. Com exceção do Secretário de Turismo do município, todos os demais atores entrevistados afirmaram não ter conhecimento do Programa. Argumentaram que nunca participaram de nenhuma discussão acerca dessa temática e, portanto, não sabiam opinar sobre a mesma. Já o Secretário de Turismo do município apontou que no município “[...] o PRT ainda não é uma realidade, que não vem acontecendo”, reforçando que não há integração do município com a política de regionalização nem com os municípios vizinhos. Também, enfatizou que a política federal é macro e, desta feita, não se enquadra nas possibilidades e necessidades do município (informação verbal) .

Os entrevistados também salientaram que desconhecem projetos ou iniciativas que visem integrar o desenvolvimento do turismo no Sertão do Apodi. No entanto, foram ressaltadas características e potencialidades (naturais e culturais) de municípios vizinhos à Apodi, como Felipe Guerra e Caraúbas, que poderiam favorecer atividades de roteiros integrados, mas não há nenhuma ação nesse sentido, até a realização da presente pesquisa. Como se pode verificar, as premissas contidas

no PNT, planejamento participativo, gestão compartilhada favorecendo a descentralização da renda, na prática não vem ocorrendo no município de Apodi, tampouco na região (Costa Branca).

No que diz respeito à dinâmica de turismo na região, os interlocutores se queixaram de ações isoladas que rotineiramente vem acontecendo. Grupos organizados, por meio de agência de turismo de Mossoró que seguem com destino a outros municípios da região (Portalegre e Martins), passam por Soledade no município de Apodi, mas não fazem nenhuma pausa no centro da cidade de Apodi (informação verbal) .

Outro aspecto que se buscou verificar nas entrevistas foi quanto às possibilidades e/ou limitações que os interlocutores apontariam para o desenvolvimento do turismo rural em Apodi. Como facilidades para o turismo no município foram enfatizados os recursos e atrativos naturais, além do aspecto social que se faz referência no número de associações comunitárias, dada a importância da atuação e desempenho social dessas instituições no município, principalmente nos Assentamentos da Reforma Agrária, na organização e atuação das cooperativas.

Já em relação às dificuldades apontadas para o desenvolvimento da atividade, foram destacadas: a ausência de políticas mais incisivas, tanto a nível local como nas escalas maiores (estado e União); a falta de (re)conhecimento, por parte da população local das potencialidades do município que, aliado ao pouco conhecimento sobre o setor de turismo, não acreditam no potencial da atividade; a inexistência de ações de divulgação e marketing da região, que dificulta a promoção do turismo.

Além dessas questões, foi citada também a ausência de políticas voltadas, prioritariamente, aos jovens capazes de favorecer a geração de emprego advinda da atividade turística na zona rural. Para a representante da rede XiqueXique , “[...] turismo não é só você andar, [turismo] é você participar”.

O turismo rural, na visão desse ator , é “[...] uma troca de experiência da realidade de quem estar vindo visitar, adquirindo experiência com quem já mora ali [...]. É um aprendizado muito importante que o agricultor tem [nessa dinâmica]. “[...] é fazer com que o município seja conhecido, aquela atividade que você está fazendo seja reconhecida, ou seja, são vários os ganhos [com o turismo rural]”. Conforme aponta o interlocutor verifica-se que há um entendimento sobre a essência da atividade de turismo no meio rural que vai além da questão financeira, ou seja, a possibilidade de trocar experiências e de novos aprendizados.

No diálogo com representantes da Gerência de Turismo do município de Mossoró, o turismo é encarado como uma das estratégias para o desenvolvimento da região. Com relação ao PRT, ressaltaram que não há ação concreta com os demais municípios próximos à Mossoró, que integram o Polo Costa Branca. Contudo, enfatizaram que as ações de planejamento desenvolvidas no âmbito da gerência de turismo (Mossoró) são apresentadas nas reuniões do Fórum de Turismo, a fim de incentivar os secretários municipais de turismo e/ou prefeitos, se motivarem a realizarem ações semelhantes às que estão sendo desenvolvidas em Mossoró (informação verbal) .

No depoimento dos interlocutores (Mossoró) percebeu-se uma visão mercadológica do turismo, apoiada no potencial dos empreendimentos e na geração de emprego e renda. Ou seja, um olhar voltado especialmente aos benefícios econômicos do turismo, evidenciando iniciativas de grande porte, conforme salientado em entrevista por um dos interlocutores, que destacou um projeto de instalação de equipamentos de meios de hospedagem e de lazer nas margens do rio Apodi, no município de Mossoró. Nesse projeto não se identificou a possibilidade de inserção da agricultura familiar, tampouco se verificou a possibilidade de incentivo à criação de roteiros integrados na região.

Além disso, a partir da interpretação da forma como se coloca em relação às possibilidades para o turismo rural e à inclusão do agricultor familiar, é demonstrada uma visão pessimista e equivocada

sobre as funções e possibilidades de inserção socioeconômica do agricultor familiar. Nesse sentido, percebe-se que as iniciativas em desenvolvimento no município de Mossoró ainda não expressam claramente as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que visam promover o turismo de forma integrada, participativa e descentralizada, valorizando os insumos regionais.

Em se tratando da integração entre Apodi e Mossoró, foi possível perceber uma tensão nos depoimentos. Os interlocutores de Mossoró afirmam buscar uma integração e compartilhar as experiências do município, mas os interlocutores de Apodi salientam a falta de um planejamento integrado do desenvolvimento do turismo no município.

Verificou-se, também, que as iniciativas do PRT, segundo o que aponta um dos interlocutores da pasta do turismo de Mossoró, visam resultados imediatos. Isso ficou claro quando argumenta que a agricultura familiar ainda não pode ser contemplada nas ações, que seria necessário um trabalho de qualificação. Além do mais, no seu ponto de vista, entende-se que o fato dos agricultores familiares trabalharem em cooperativas pode dificultar a inserção no turismo, pois crer que a qualificação necessária deveria seguir no sentido da implantação de empreendimentos e negócios no turismo. Novamente, esse entendimento tende a limitar a inserção do agricultor familiar em atividades de desenvolvimento do turismo.

Com relação às implicações do PRONAF no meio rural de Apodi, buscou-se compreender como essa política tem influenciado o desenvolvimento da agricultura familiar e a qualidade de vida da população rural do município, além de apontar elementos para se pensar as possíveis interfaces entre a agricultura familiar e o turismo.

De acordo com todos os interlocutores entrevistados, o PRONAF vem se constituindo em um programa de relevada importância para o meio rural de Apodi, no apoio às atividades agropecuárias e outras atividades no campo. As colocações dos entrevistados quanto aos benefícios dessa política para os agricultores familiares foram unânimes. Apontaram melhorias em aspectos diversos, dentre os quais destacam a questão da infraestrutura nas propriedades rurais, sobretudo nos assentamentos da Reforma Agrária como, por exemplo, a construção de poços, de cerca de arame farpado, currais para criação bovina. Além do aspecto de infraestrutura, apontaram que as famílias vêm adquirindo meios de transporte, o que facilita não somente o deslocamento das pessoas, mas também possibilita o escoamento da produção para a comercialização.

Conforme defende o interlocutor, o meio rural historicamente foi esquecido e “as pessoas viviam com muita dificuldade, [...] até se chegar a um nível que se pudesse, coletivamente buscar melhorias. [Foi] uma longa trajetória, as pessoas foram despertando para isso e os governos também” (informação verbal). Argumentou que a partir dessas condições e da constatação da ausência de políticas efetivas que favorecessem melhores condições de vida no campo, o governo começou a pensar estratégias para desenvolver o meio rural favorecendo ao homem, “[...] a permanência no meio rural, é lá onde ele gosta de viver e é o que ele sabe fazer, é trabalhar a terra, buscar [n]dela o seu sustento”, destacou que isso vem “coibindo” o êxodo rural, que considera que ainda hoje é um movimento (campo-cidade) preocupante (ibidem).

Além desses aspectos, o PRONAF tem possibilitado o fortalecimento e a diversificação das cadeias produtivas que antes, por falta de recursos para investir, eram limitadas e com baixo rendimento, poucos agricultores tinham possibilidades de desenvolver a agricultura fora do ciclo de chuva. Dentre as atividades produtivas apontadas, destacam-se a caprinocultura que é bastante forte no município; a apicultura também foi destacada como uma importante cadeia produtiva, com considerável crescimento anual, graças ao PRONAF.

Além das cadeias produtivas citadas, outras culturas foram apontadas como destaque na região de Apodi. Nas suas falas os atores destacaram a cultura do caju que apresenta um bom mercado, tanto a nível nacional, como internacional. Registra-se, em algumas comunidades do município, mini-indústria de beneficiamento da castanha, implantada com recurso do PRONAF, e se constitui em mais uma fonte de renda para a população local.

Essas cadeias produtivas repercutem, tanto na geração de renda, que favorece melhor qualidade de vida no campo – pois possibilita a aquisição de bens de consumo, melhoria na infraestrutura das propriedades rurais (cercas, currais, poços, cisternas) e das residências – como, também, vem repercutindo na segurança alimentar e nutricional – uma vez que favorece o consumo de alimentos, diversificados e de melhor qualidade.

O representante da SEAPAC salienta que o PRONAF é uma política de grande importância para o desenvolvimento do meio rural. Porém, no seu ponto de vista, Apodi tem um diferencial em relação a outros municípios do território (Sertão do Apodi) e de outros territórios de estado do Rio Grande do Norte, em relação ao nível de organização social. Reforça que essa capacidade (aproveitar as oportunidades) é processual e, para tanto, é imprescindível contar com o suporte de organizações com atenção voltada para um “[...] processo de capacitação, de sensibilização, de envolvimento das famílias” (informação verbal). Entretanto, afirma que ainda não é possível prestar esse acompanhamento e assessoria a todas as famílias rurais do município e, sem isso, a política não produz os mesmos benefícios.

Destaca na sua fala que o PRONAF, sem o aporte técnico, vem prejudicando muitas famílias também em Apodi. Salienta que antes as pessoas não tinham dívidas e, a partir dessa política, muitas famílias tiveram acesso ao crédito sem a devida assistência técnica e sem um planejamento adequado, o que tem levado ao endividamento, sem condições de saná-lo.

Ressaltaram que o PRONAF também tem favorecido a autonomia dos agricultores de Apodi. Com o acesso ao crédito, os agricultores podem direcionar sua produção para mercados com preço mais justo, já que antes eram condicionados a pedir dinheiro emprestado a agiotas ou atravessadores e essa situação os condicionava a vender sua produção a preço abaixo do praticado no mercado.

Além das questões apontadas destacaram ainda, aspectos relacionados à compra governamental, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são compreendidos como fatores relevantes para essa mudança, pois é uma segurança para o mercado de produtos da agricultura familiar.

Buscou-se também identificar a percepção dos atores quanto à influência dessa política no desenvolvimento do turismo rural no município e se essa atividade seria viável e aceita pelos agricultores como forma de incrementar a renda das famílias e dinamizar a economia do meio rural. Dos treze entrevistados, onze foram enfáticos em apontar que o PRONAF vem criando condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo rural no município e acreditam na possibilidade do turismo surgir como mais uma fonte de renda e de dinamização socioeconômica no município.

Os entrevistados também destacaram que vem ocorrendo no município de Apodi um fato interessante, que é o processo de transição da agricultura convencional para a produção orgânica, com uso de uma metodologia participativa. Tal dinâmica tem despertado o interesse tanto de instituições de ensino (superior e médio), como de pessoas ligadas a cooperativas agrícolas. Apontaram que o turismo rural também pode estar pautado na curiosidade/necessidade, por parte dos turistas, de conhecer a forma de vida em assentamentos rurais, além das questões sociais e a inserção socioeconômica estimulada pelas políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE etc.).

Considerações finais

A partir da análise das entrevistas e dos depoimentos de empreendedores e atores locais foi possível verificar que o PRONAF, na região de Apodi, tem promovido o desenvolvimento da agricultura familiar e melhores condições de vida no campo. Tais condições, se articuladas às diversas políticas setoriais, poderiam favorecer o desenvolvimento do turismo na região de Apodi. Contudo, verificou-se que a integração entre as políticas setoriais, principalmente de turismo e de agricultura familiar, é limitada. Tal fato tende a enfraquecer as iniciativas conduzidas de forma isolada, além de comprometer o modelo de desenvolvimento que se deseja para a região.

Destaca-se também que, em Apodi, não foi identificada qualquer ação que favoreça o desenvolvimento do turismo, em consonância com o Programa de Regionalização (PRT), nem mesmo um plano de desenvolvimento da Secretaria de Turismo do município, com ações planejadas em nível local e integradas a outros municípios do entorno, como a Gerência de Turismo em Mossoró. Tal situação decorre da ausência de articulação e de diálogo entre as instâncias municipal e estadual, no sentido da promoção do turismo. Da mesma forma, não foi destacado pelos interlocutores qualquer diálogo ou iniciativa conjunta com a Secretaria de Turismo do Estado.

Porém, ainda que de forma incipiente, as iniciativas de turismo na região de Apodi, estão sendo promovidas de duas maneiras diferentes:

i) de maneira isolada, por empresas de Mossoró que incluem em seus roteiros o sítio arqueológico do Lajedo de Soledade, localizado em Apodi. Contudo, de acordo com observação em campo e depoimentos de interlocutores locais, os turistas que visitam o Lajedo de Soledade não interagem com a comunidade local e não utilizam de serviços de apoio ao turismo como alimentação, ou outros produtos agrícolas no município e;

ii) por meio de cooperativas, ONGs e associações do município de Apodi, que recebem grupos interessados em conhecer o modo de vida nos assentamentos de Reforma Agrária (a produção agroecológica e as cadeias produtivas), e das famílias nas comunidades rurais, além das experiências das cooperativas, a partir de “intercâmbios rurais”. Essas visitas vêm repercutindo no cotidiano dos agricultores, na troca de experiências e de aprendizado com o visitante, como também na comercialização de produtos do campo, fortalecendo, assim, as relações sociais entre os atores, produtores e visitantes no município. A mobilização das instituições da sociedade civil organizada (sindicato, cooperativas, ONGs, associações) no município de Apodi é um fator relevante que pode influenciar positivamente as iniciativas conjuntas entre as políticas de turismo e de agricultura familiar.

Por esta via, acredita-se que o turismo rural em Apodi deve-se pautar na experiência dos assentamentos de Reforma Agrária, na perspectiva de troca entre visitantes e visitados, tendo o conhecimento e a valorização cultural do campo como elementos que mobilizam o fluxo de visitantes. Nessa direção, é possível ampliar a participação dos atores locais e promover a integração entre agricultura familiar e turismo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/oministerio/publicacoes/downloads_

publicacoes/turismoruralversxofinalimpressxo.pdf. Acesso em: 17/set/2012.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Ministério do Turismo, 2007.

_____. **Plano Nacional do Turismo 2003 - 2007: diretrizes, metas e programas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

_____. **Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>. Acesso em: 4/abr/2013.

BLANCO, Enrique Sergio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 4, n. 3, p. 44 - 49, 2004.

BLOS, Wladimir. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, Joaquim Américo; RIEDL, Mário. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, p. 199 - 222, 2000.

DELGADO, Nelson G. **O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula**. Instituto interamericano de cooperação para a agricultura. MDA, 2009, p. 1-50. Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquiv_os/2036220256.pdf. Acesso em: 20/jun/2013.

DUNCAN, M. Guimarães. A construção de uma política de desenvolvimento: os territórios rurais do Brasil. **Habitus**, Goiânia, v.8, n. 1/2, p.187-223, jan./dez.2010.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ: [s.n.], 2008.308 f.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=resultuniverso_censo2010. Acesso em, 12 ago. 2012.

MORETTI, Edvaldo Cesar. Turismo em assentamentos rurais e unidades de conservação. In: THOMAZ, Rosângela Custódio C.; MARIANI, Milton. A. P.(orgs.). **O turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 11-32, 2012.

NUNES, E. M.; SILVA, M. R. F. da; TORRES, M. F. et al. Desenvolvimento rural e sustentabilidade no território do Sertão Apodi (RN). In: VI Sober Nordeste. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Petrolina, 2011. Disponível em: <http://tudodeapodi.blogspot.com/2011/10/desenvolvimento-rural-e.html>. Acesso em: 10 jan. 2012.

PERICO, Rafael Echeverri. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: FAVARETO, Arilson et al. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável**; v.12, Brasília: IICA, p.87-103, 2010.

PINTO FILHO, Jorge L. de O. et al. Impactos socioambientais da ocupação desordenada das margens da lagoa de Apodi. **Revista verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável**. Mossoró/RN. v. 3 n.1, p. 58 -76, 2008.

RODRIGUES. Adyr Balastrieri. **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo, 2003.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, A. Nivaldo. O PRONAF e as políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. **Geo UERJ**, ano

14, n. 24, v. 2, 2º semestre 2012 p. 656-683. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/4823/5411>. Acesso em: 12/nov/2012.

SCHNEIDER, Sérgio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. 1. ed. Bauru: EDUSC, p. 14-50, 2000.

_____; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo E. Moruzzi (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SILVA, Dalvanir Avelino da. **Desenvolvimento e políticas públicas: uma avaliação do PRONAF A nos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Norte**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2012.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. [rev. Atual]. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural; abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, Eurico de Oliveira e SOUZA, Marcelino de (Organizadores). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Ed. Manole: Barueri, SP, p. 2-22, 2010.

VEIGA, José Eli da. Diretrizes para uma nova política agrária. In: LEITE, Pedro Sisnando et al. (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Paralelo 15, p. 19 - 35, 2000.

WANDERLEY, Maria N. Baudeu; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas. In: MIRANDA Carlos; SILVA, Heithel (Org. da série). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Série desenvolvimento rural sustentável; vol. 21. Brasília IICA, p. 413-464, 2013.